

CONSTITUINTE

Novo projeto de Cabral vai manter o semiparlamentarismo

por Andrew Greenlees
de Brasília

No anteprojeto de Constituição que apresentará amanhã às lideranças partidárias do Congresso, o relator Bernardo Cabral manterá o sistema semiparlamentarista de governo, com alguns mecanismos simplificados por uma emenda do senador Afonso Arinos (PFL-RJ). Assim, as tentativas de "purificar" o sistema — aproximando-o do presidencialismo ou ainda mais do parlamentarismo — ficam para a próxima fase dos trabalhos.

Segundo a proposta de Arinos, o presidente da República (eleito pelo voto direto) escolhe o primeiro-ministro "após consulta às correntes partidárias que compõem a maioria do Congresso Nacional". O "premier" será o chefe do governo, formado por nomes de sua indicação.

Por voto da maioria simples dos congressistas, o primeiro-ministro e seu gabinete poderão ser rejeitados, por meio de moção de censura. No caso de três recusas sucessivas, o presidente da República poderá dissolver a Câmara dos Deputados (não o Senado) e convocar eleições parlamentares.

O Congresso poderá ainda apresentar moção de desconfiança ao governo, que será aprovada por maioria simples (metade dos presentes à sessão). Neste caso, são exonerados o primeiro-ministro e todos os demais ministros, inclusive os militares e o chefe do gabinete civil.

O senador Arinos discorda da argumentação repetida pelos adversários do sistema híbrido. Ele sustenta que, se o presidente tem grande força política por ter sido eleito com cerca de 40 milhões de votos, é verdade também que a maioria do Congresso —

Entidades são preservadas

por Andrew Greenlees
de Brasília

As quatro entidades de assistência social e ensino profissionalizante ligadas à indústria e ao comércio — Sesi, Senai, Sesc e Senac — terão seus recursos garantidos a partir de descontos nas folhas de pagamento das empresas. Assim, fica afastada a possibilidade de se transferir ao Estado — pelo menos nesta fase dos trabalhos constitucionais — o controle sobre estas instituições.

A decisão já havia sido anunciada pelo relator Bernardo Cabral e, ontem, a tendência de se manter a destinação de contribuições sociais para as quatro entidades foi confirmada pelo senador Fernando Henrique Cardoso e pelo deputado José Serra, ambos do PMDB, que participam do núcleo de constituintes efetivamente envolvidos na elaboração da nova Carta, neste momento. As reuniões vêm sendo realizadas na sede do Banco do Brasil.

Fernando Henrique Cardoso admitiu ainda a possibilidade de se abrir os conselhos consultivos à representação dos trabalhadores. Segundo José Serra, é forte a tendência de se eliminar a regra incluída no atual anteprojeto que determina a destinação de toda contribuição social (desconto em folha de pagamento exclusivamente ao sistema de regularidade social). O salário-educação, por exemplo, será extinto caso se mantenha este artigo.

Outra complicação em se confirmar esta regra: o Finsocial passaria a ser empregado exclusivamente na seguridade, deixando de financiar, por exemplo, projetos de reforma agrária e educação, como ocorre hoje.

O SISTEMA PREVIDENCIÁRIO

O deputado José Serra informou ainda que o grupo continuava a debater fórmulas para o custeio do sistema previdenciário no País. Ainda não havia consenso sobre a viabilidade de se especificar na Carta outros recursos além das contribuições sociais e verbas orçamentárias. A opção era deixar para a legislação ordinária a listagem dos recursos complementares. O importante, na opinião de Serra, será indicar a origem do dinheiro que deverá custear projetos sociais. "Não se podem colocar no texto vantagens e benefícios que não tenham recursos", concordou o senador Fernando Henrique.

Pela manhã, a discussão abordou o Poder Judiciário. As principais decisões, conforme o senador do PMDB, foram no sentido de se garantir a fiscalização externa de sua atuação, mediante uma comissão específica. Este princípio deverá ser regulamentado por lei ordinária. A outra definição é manter a figura de defensoria pública, também a ser estruturada em lei, "para a defesa em todas as instâncias, dos juridicamente necessitados".

base de apoio do primeiro-ministro — conta com a mesma legitimidade, equilibrando o poder.

Ontem, em sessão extraordinária noturna, a Constituinte debateu o sistema eleitoral a ser implantado no País. O anteprojeto de Bernardo Cabral deverá manter o voto distrital misto, que divide as opiniões entre os parlamentares.

O distrital misto, inspirado no modelo alemão, institui dois votos: o primeiro é dado ao candidato de determinado partido no distrito.

No segundo, o eleitor escolhe a legenda partidária de sua preferência. O cálculo de cadeiras na Câmara dos Deputados baseia-se no segundo voto, enquanto os eleitos pelo primeiro têm assegurada sua presença no Congresso.

Para o deputado Paulo Delegado, do PT, esse mecanismo possibilita a concentração do poder econômico nos distritos e torna locais problemas que, na verdade são nacionais, como a habitação, por exemplo. Contrários ao voto distrital manifestam-se tam-

bém o PCB, PC do B, PDT e PSB. Nos demais partidos, as posições se dividem.

"Existem mecanismos para coibir o abuso do poder econômico", diz o deputado Francisco Rossi, do PTB, favorável ao sistema misto. Segundo Rossi, este mecanismo permite que a população fiscalize melhor a atuação dos deputados. Adilson Mota, do PDS, sugere a fórmula do "recall", pela qual o distrito poderia realizar um plebiscito para destituir seu representante.

O entendimento com Sant'Anna

por Cecília Pires
de Brasília

O Centro Democrático realiza hoje, no Congresso, uma reunião para eleger um conselho consultivo com presidente para tomar decisões de forma colegiada, além de um coordenador geral e de três coordenadores adjuntos. Inicialmente, os promotores da reunião, representados principalmente pelos deputados Expedito Machado (PMDB-CE) e Marcos Lima (PMDB-MG), tinham a intenção de questionar o alinhamento automático com o governo, e questionar a orientação que o líder do governo, deputado Car-

los Sant'Anna exercia sobre o grupo.

Ontem, em reunião realizada no gabinete de Expedito, os integrantes do Centro passaram a defender um "entendimento" com Carlos Sant'Anna, pois, segundo um dos participantes, ele constitui o único grupo que efetivamente apóia o governo. Expedito Machado, por exemplo, acredita que o papel do Centro, dentro do próprio PMDB, é perfeitamente compatível com a obediência às lideranças "formais" do partido e do governo.

"Somos um movimento dentro do PMDB e só queremos nos organizar. Aceitaremos as lideranças do governo, do presidente do partido, Ulysses Guimarães e do líder do PMDB na Câmara, Luís Henrique." O Centro não seguirá, no entanto, a liderança de Mário Covas. "Entendemos

que não há partidos na Constituinte", concluiu.

Outro grupo dentro do partido, o Movimento de Unidade Progressista (MUP), estuda opções de atuação. "É preciso ver se conseguimos transformar o PMDB no partido que queremos, fazer outro partido, abandonando a sigla, ou nos estruturando dentro do próprio PMDB, como esquerda, uma espécie de vanguarda minoritária", disse o deputado Domingos Leonelli (PMDB-BA), integrante do MUP. Alguns parlamentares do grupo, como o senador Afonso Camargo, já decidiram, no entanto, abandonar o PMDB. Camargo pretende ingressar no PTB.

O mais ardente defensor do retorno do PMDB ao seu leito natural e ao cumprimento de seus programas, o líder na Constituinte, senador Mário Covas, resiste a procurar outra sigla. "Não julgo ultrapassada a possibilidade de o PMDB cumprir seus compromissos. No instante em que estiver convencido de que o partido não é capaz disso, eu saio do partido", disse Covas. O parlamentar admite, no entanto, que será difícil evitar as defecções durante e depois da Constituinte com o PMDB dividi-

do em inúmeros grupos, em plena ebulição.

"Embora venha lutando para convencer o MUP de que a briga é aqui dentro, não peço a ninguém que fique ou saia. Acho no entanto que haverá necessidade de ajustes internos que farão o partido emagrecer. O partido está gordo demais e está com medo, em nome de sua unidade, de discutir qual é a vontade majoritária do PMDB", disse Covas, numa alusão indireta ao presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães.

"O PMDB é uma confederação de ideologias", diagnosticou o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), um dos representantes do segmento conservador. Cardoso admite que a luta de grupos poderá levar ao emagrecimento do partido, com muitas defecções, mas acha que uma divisão, um racha caracterizado no partido, só ocorre numa hipótese: "se surgir um candidato contra o presidente Ulysses Guimarães na disputa da presidência do partido. Parlamentares ligados a Mário Covas confidenciam que já há um time de torcedores, dentro do partido, pela candidatura do líder na Constituinte à sucessão de Ulysses.